



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ACTA Nº 21/2011

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Aos onze dias do mês de Novembro de dois mil e onze, nesta cidade de Rio Maior e na sala de Reuniões sita nos Paços do Concelho reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência da Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida e Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva. -----

INÍCIO

Quando eram dez horas, verificando-se a existência de quórum a Presidente, Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, declarou aberta a reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA

A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

Operações Orçamentais: Oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e treze euros e oitenta e quatro cêntimos. -----

Operações não Orçamentais: Cento e cinquenta e um mil e cem euros e setenta e quatro cêntimos. -----

COMPETÊNCIA DELEGADA

Ao abrigo da previsão do nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara tomou conhecimento que, no uso da competência delegada e subdelegada, do Vereador Dr. Carlos Fernando Frazão Correia havia proferido despachos sobre assuntos emanados da Unidade de Obras Particulares e Ordenamento, o qual consta da pasta de documentos anexos a esta Acta. -----

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida interveio, começando por se referir às cerimónias das comemorações do feriado municipal do 6 de Novembro, agradecendo à Presidente da câmara a deferência que teve, na missa dedicada a todos os riomaiorenses, de o chamar para a primeira fila da igreja de modo a que ficassem todos juntos. Felicitou a Sra. Presidente pela iniciativa e opinou que atitudes como esta dignificam o órgão Câmara Municipal. -----

Continuando no uso da palavra agradeceu e felicitou também a Sra. Presidente pelo facto de ter convidado todos os Vereadores para o almoço comemorativo do segundo ano da tomada de posse para efectuar o balanço dos dois anos do mandato. Mais disse que acreditava ser possível melhorar e aproveitar a boa vontade de todos, pois todos foram eleitos e têm a mesma legitimidade, dizendo que mais importante do que aquilo que os separava era aquilo que os unia, os interesses dos riomaiorenses e o futuro do concelho de Rio Maior. ----

Na sua intervenção, o Vereador, Dr. Carlos Nazaré, referiu-se ainda ao facto de não estar ninguém a representar a câmara na missa realizada pelos fiéis defuntos, justificando também a sua ausência. Disse que o município de Rio Maior estivera sempre, em anos anteriores, representado com o estandarte municipal no cortejo entre a igreja e o cemitério. Terminou a sua intervenção

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

sugerindo que no próximo ano tal não aconteça e que o município se faça representar no acto religioso que simboliza a gratidão para com aqueles que já faleceram.-----

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, interveio, reportando-se à intervenção do Presidente da Assembleia Municipal durante as comemorações do Feriado Municipal, dia 6 de Novembro, sobre o Poeta Ruy Belo, opinando que a Câmara Municipal devia envidar todos os esforços no sentido do espólio do poeta ficar no Concelho de Rio Maior.-----

Ainda no uso da palavra, reportou-se aos pedidos que efectuara na reunião de Câmara do passado dia nove de Setembro, designadamente a proposta governamental do chamado “choque autárquico”, os acordos estabelecidos com a Escola Secundária e a Empresa Parque Escolar, questionando, também, se havia alguma compensação para o Concelho de Rio Maior relativamente às obras da Escola Secundária. Mais solicitou o acordo actualizado com a Secretaria de Estado relativamente à instalação da loja do cidadão, bem como o ponto da situação das transferências dos Fundos Comunitários para o Município de Rio Maior. -----

Continuando a sua intervenção o Vereador Dr. Silvino Sequeira, referiu que gostava de sensibilizar a Câmara Municipal para a importância do movimento associativo no Município de Rio Maior. Opinou que, por vezes, o movimento associativo é uma das últimas âncoras que as pessoas têm como forma de se libertar da pressão e das dificuldades do dia-a-dia. Considerou perfeitamente compreensível que as Câmaras Municipais, de todo o país, não tenham as condições financeiras que tinham anteriormente, mas apelava para que, dentro do possível, se mantivesse o apoio ao movimento associativo, não só pelo associativismo em si, mas, também, e sobretudo pelo aspecto social que representava, pois muitas vezes era um refugio para a situação que se vive presentemente no nosso país. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

VEREADOR, DR. NUNO LEAL SANTOS DA VEIGA MALTA. -----

O Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, interveio, reportando-se às despesas da Frimor, referiu que o documento final ainda não estava completo, informando, no entanto, que para um orçamento de cento e oito mil Euros tinham sido gastos oitenta e nove mil Euros. Frisou tratar-se de uma gestão cuidada e rigorosa respeitando os dinheiros públicos e o sucesso do evento. ---

VEREADORA, DRA. SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO. -----

A Vereadora, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso, interveio, começando por dar conhecimento da realização do segundo festival de magia em Rio Maior. Dizendo, que este ano, ao contrário do ano anterior, todas as despesas tinham sido suportadas pela Associação de Ilusionismo Português. Salientou, ainda, que a realização deste festival trás muitos artistas de fora acompanhados das respectivas famílias, representando uma mais valia ao nível da economia local, designadamente, maior movimento nos estabelecimentos de restauração, bem como por toda a cidade. Ainda sobre este assunto convidou todos a participarem. -----

Continuando no uso da palavra, deu conhecimento de uma reunião em que estivera presente conjuntamente com a Sr.^a Presidente e a Chefe de Unidade de Educação, Acção Social e Saúde, que se realizara com o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Dr. Fernando Leal da Costa, referente a questões relacionadas com a saúde no Concelho. Salientando o facto de uma das Unidades de Saúde não estar a funcionar em pleno, não assegurando, assim, todas as necessidades dos munícipes. Mais disse que a Unidade das Salinas está a funcionar sem problemas. -----

Informou também, que houve oportunidade de falar sobre as unidades móveis de saúde, as quais estão sob a alçada da Unidade de Cuidados na Comunidade e que são intensamente utilizadas. Referiu que os atendimentos efectuados e o total das visitas domiciliárias que as unidades realizam situam-se entre os seiscentos e os setecentos e cinquenta atendimentos mês em todo

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

o concelho, sendo referenciadas, quer pelos hospitais, quer pelas próprias famílias. -----

Aditou que os cuidados prestados são ao nível do acompanhamento, vigilância e tratamento dos utentes portadores de doença mental, frisando ser uma área que apresentava uma grande lacuna, quer no concelho, quer no distrito. Disse, também, que o facto do tratamento poder ser feito em domicílio era uma mais-valia para as famílias e para o próprio Centro de Saúde, fazendo-se, igualmente, a prevenção da doença através do diagnóstico e controle de diabetes, colesterol, tensão, entre outros e, encaminhamento das pessoas para as Unidades de Cuidados Continuados. Referiu, também, que era feito o acompanhamento familiar de risco no âmbito da saúde infantil e materna, dando apoio à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em toda a área da saúde escolar. Mais referiu, estarem envolvidas neste projecto treze pessoas do Centro de Saúde, permitindo a deslocação de fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e psicólogo, frisando tratar-se de um acompanhamento muito importante e de uma mais-valia para os utentes. -----

Ainda no uso da palavra informou que na referida reunião também fora abordada a necessidade das despesas relativas às unidades móveis serem partilhadas pelo próprio sistema de saúde, situação esta encaminhada para o Presidente da Administração Regional de Saúde. -----

Sobre as unidades móveis, opinou, ainda, que as mesmas estavam a desempenhar um serviço muito importante, permitindo o atendimento de muitas pessoas que não precisavam de se deslocar ao Centro de Saúde, que algumas nem o poderiam fazer devido às suas condições de saúde, dizendo que estava a ser desenvolvido um trabalho muito útil e que as unidades móveis estavam a ser devidamente rentabilizadas. -----

Continuando a sua intervenção, falou sobre o movimento associativo afirmando que o mesmo era alvo da maior atenção por parte do executivo, recordando que têm reunido bastantes vezes com as associações, dizendo que se era verdade que, de momento, não era possível dar o apoio financeiro que

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

gostariam e de que estas têm necessidade, também era verdade que se dava o apoio logístico solicitado, também muito importante para as associações.-----

Terminou salientando e reforçando a importância do movimento associativo. ---

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, voltou a intervir, reportando-se à reunião de Câmara de nove de Setembro, pois também solicitara que lhe facultassem dados sobre as unidades móveis de saúde, manifestando a sua congratulação pelo facto da Sra. Vereadora Dr. Sara Fragoso reconhecer da bondade da iniciativa em colocar à disposição do Concelho de Rio Maior as duas unidades móveis de saúde.-----

Terminou a sua intervenção solicitando informação relativamente à transferência de verbas da Câmara Municipal para o Instituto Politécnico de Santarém, destinadas à construção da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, questionando se já tinham sido transferidas verbas e se existia alguma calendarização a fim de dar cumprimento ao compromisso assumido no âmbito da construção da Escola Superior de Desporto. -----

VEREADOR, DR. CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, interveio reportando-se a uma reunião organizada pelo NERSANT, em Almeirim sobre o “Documento Verde para o Poder Local”, onde estivera presente com o Presidente da Junta de Freguesia de Fráguas. Referiu que nessa reunião estiveram presentes o Secretário de Estado, Engº Paulo Júlio e autarcas de toda a região, destacando a participação dos Presidentes de Junta. -----

Frisou tratar-se de um debate extremamente rico e onde se perceberam os diferentes pontos de vista sobre esta matéria. Salientou o diálogo estabelecido entre o Secretário de Estado e o ex-Presidente da CCDRLVT, sobre a questão de existirem executivos designados como “mono pelouro”.-----

Disse, também, que o Secretário de Estado, relativamente a alguma contestação levantada pela Associação de Municípios demonstrou

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

receptividade para alterar algumas situações mais polémicas. -----

Continuando no uso da palavra referiu que, independentemente da cor política de cada um, considerava importante fazer-se algo em prol do Poder Local, numa primeira fase com as freguesias e posteriormente com os municípios. ----

Terminou a sua intervenção opinando que este tipo de iniciativas deviam ser alargadas aos executivos e que a própria Assembleia Municipal devia promover uma reunião de trabalho específica para abordar/clarificar este assunto, convidando intervenientes de vários sectores políticos.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA -----

A Presidente interveio, começando por se referir à reforma administrativa, dizendo que em relação à fusão, agregação, aglomeração ou eliminação de freguesias, se realizara, na passada semana, uma reunião com os Srs. Presidentes de Junta, tendo sido decidido criar um grupo de trabalho, constituído por quatro Presidentes de Junta de Freguesia escolhidos entre si. Disse, também, que foram contactados os líderes das Bancadas da Assembleia Municipal e que a Câmara disponibilizara dois técnicos para acompanhar o grupo de trabalho. -----

Aditou que, da conversa havida com o Senhor Secretário de Estado, Engº Paulo Júlio, foi manifestada total disponibilidade, por parte da Secretaria de Estado, para apoiar o referido grupo de trabalho. Salientou que o documento verde, resulta de uma proposta do Governo ainda em aberto que pode incluir novas propostas e contributos. Aditou que a mensagem que tem transmitido aos Senhores Presidente de Junta é que “quem cruza os braços e assobia para o lado a pensar que não é consigo fica sujeito aos critérios que são impostos”. -

Continuando a sua intervenção disse, também, que fora transmitido aos Presidentes de Junta toda a disponibilidade do executivo para que se obtivesse a melhor reforma, bem como o melhor entendimento, quer para as seis freguesias que cumprem aqueles critérios, quer para aquelas que depois

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

vierem a integrar outras freguesias. Salientou que nada desaparece do concelho, todas continuam, pois trata-se de uma reforma administrativa.-----

Ainda sobre esta matéria opinou que o grupo de trabalho deverá criar uma dinâmica de discussão ao nível da comunidade, chamando as forças vivas da cidade e do concelho, para que se possa ter uma maior discussão ao nível concelhio. -----

Reportou-se seguidamente ao exemplo de Lisboa em que fora efectuada uma consulta pública, nomeadamente, a aplicação de inquéritos, processo este que ainda não fora aprovado pela Assembleia da República. Terminou opinando que esta discussão devia ser a mais alargada possível.-----

Ainda no uso da palavra e sobre a Escola Superior de Desporto, respondendo ao Vereador Dr. Silvino Sequeira, informou que se assumira o compromisso relativamente à transferência de cem mil Euros para fazer face às despesas de funcionamento. Frisou que se aperceberam que esta era uma das preocupações da Direcção da Escola, no âmbito das novas instalações e que entenderam que a Autarquia devia auxiliar, uma vez que também suportava os encargos que ainda resultavam da instalação no Pavilhão Multiusos. Informou, ainda, que já fora transferido o valor de quinze mil Euros, relativo ao mês de Outubro e, até final do ano, ia ser apresentado um plano de pagamentos. -----

Sobre esta matéria, informou ainda que no dia cinco de Dezembro se comemorava o aniversário da Escola Superior de Desporto e que já estava agendada uma reunião com o Presidente do Instituto Politécnico para o dia dezassete de Dezembro. Mais disse que têm sido feitos todos os esforços, junto do Governo, para que as novas instalações entrassem em funcionamento o mais rápido possível. Deu, ainda, o exemplo da Universidade de Coimbra onde existia uma ala que apesar de concluída não estava a funcionar, esperando que este exemplo não se alargasse ao Concelho de Rio Maior. -----

Terminou a sua intervenção dizendo que sobre as informações solicitadas pelo Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, na Reunião de Câmara de nove de Setembro, ia verificar a situação.-----

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, voltou a intervir afirmando que fora agradável o convite para debater os dois anos de exercício autárquico, que sem dúvida foram muito importantes, no entanto, gostava que esta política de convites fosse mais extensiva, dado que não fora nada agradável ouvirem dizer que uma parte do executivo fizera uma reunião com os Presidentes de Junta sobre o “choque autárquico” e que não tivessem sido convidados a estar presentes. Opinou, ainda, que dada a importância deste assunto, o debate não devia ser sectorizado, não devia pertencer a um núcleo restrito de eleitos, opinando que deviam ser chamados a intervir todos aqueles que, com mais ou menos votos, representavam os riomaiorenses. Pela importância desta matéria, solicitou à Senhora Presidente, caso assim o entendesse, que quando se realizassem reuniões com os Presidentes de Junta sobre o chamado “choque autárquico”, tivesse a gentileza e a amabilidade de os convidar a estarem presentes, dada a importância do assunto, não só para o País como para o concelho de Rio Maior. -----

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, voltou a usar da palavra, agradecendo as informações prestadas, congratulando-se com o facto das despesas com a Frimor ficarem enquadradas no orçamento previsto. No entanto manifestou a sua preocupação pelo facto de já terem passado sessenta dias e as despesas ainda não estarem todas facturadas. Recordou que a Lei prevê que as facturas sejam passadas em determinado prazo, o que do ponto de vista fiscal o preocupava. Terminou este assunto referindo que aguardava um relatório elaborado sobre a Frimor. -----

Continuando no uso da palavra e na sequência da intervenção feita pelo Vereador, Dr. Silvino Sequeira, sobre o agendamento da reunião relativa à reforma administrativa, referiu que também gostava que o processo tivesse decorrido de uma outra forma, nomeadamente, uma primeira reunião com o

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

executivo municipal e depois com os Presidentes das Juntas de Freguesia, seguindo-se a Assembleia Municipal, envolvendo os agentes económicos, os agentes culturais e políticos, todos aqueles que era preciso chamar para a discussão e esclarecimento deste assunto. Lamentou que a Câmara Municipal, em nome do Chefe de Gabinete, convocasse reuniões em que uma parte da Câmara não tivesse conhecimento, lamentando, também, que o “comboio já estivesse em andamento, sendo uma obrigação estarem todos na primeira paragem, no ponto de partida para entrar na carruagem”. -----

Reportou-se, ainda à questão do orçamento para dois mil e doze, documento difícil de elaborar, não só para a Câmara Municipal de Rio Maior, mas para a maioria das Câmaras, pois não ficava fora daquilo que são as grandes dificuldades e preocupações em termos orçamentais dado o corte radical de uma série de receitas, recordando os sacrifícios a que infelizmente os portugueses de uma forma geral e os riomaiorenses em particular vão estar sujeitos.-----

Opinou que deviam ter, atempadamente, uma série de informações sobre a previsão quer das receitas, quer das despesas, questões sobre as quais deviam reflectir conjuntamente de forma a encontrar soluções, evitando-se que à última da hora apareça um orçamento sem o contributo daqueles que detêm alguma experiência. Frisou ser importante que o orçamento para o próximo ano tivesse a participação de todos, até pelas dificuldades que existem, pois era fácil fazer orçamentos quando há dinheiro para tudo. -----

Para terminar a sua intervenção, o Vereador, Dr. Carlos Nazaré, reportou-se ao processo da Escola Superior de Desporto/Instituto Politécnico de Santarém, lembrando a existência de um protocolo aprovado pela Câmara e, como constatara que algo de diferente estava a ser feito, verificava-se a necessidade de formalmente revogar e actualizar esse protocolo. -----

VEREADORA, DRA. ANA CRISTINA LOBATO PINTO FRÓIS DE FIGUEIREDO. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo Silva,

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

interveio, começando por felicitar a Câmara por ter iniciado a discussão das questões relacionadas com a reforma administrativa. -----

Sobre a criação do grupo de trabalho constituído por quatro Presidentes de Junta e pelos líderes parlamentares, questionou se o mesmo não devia ser formalmente constituído, atendendo à importância da reforma administrativa, e também ao facto de se tratar de matéria que posteriormente ia ser discutida em sede da Câmara Municipal e Assembleia Municipal. -----

Questionou assim se a Câmara Municipal não devia tomar a iniciativa e apresentar a constituição desse grupo de trabalho. -----

Terminou a sua intervenção referindo tratar-se de uma questão para reflectir, mas que, na sua opinião, dava outra legitimidade ao grupo de trabalho. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA -----

A Presidente, voltou a intervir, referindo tratar-se de um grupo informal, que nos termos da Lei não carecia de aprovação dos executivos municipais, inserindo-se no âmbito das competências das Assembleias de Freguesia e das Assembleias Municipais para posteriormente ser submetido à Assembleia da República. Aditou que num colóquio onde estivera presente organizado pela CEDREL, constatara haver um afastamento desta questão por parte dos executivos municipais. -----

Seguidamente e respondendo ao Vereador, Dr. Silvino Sequeira, afirmou que na última reunião de Câmara, informara que se ia realizar uma reunião com os Presidentes de Junta. Frisou que a reunião não fora exclusivamente para abordar a questão da reforma administrativa, que se enquadrara nas reuniões mensais realizadas nas Juntas de Freguesia, prática que esta maioria incutiu neste mandato e que têm decorrido de forma rotativa em todas as Juntas de Freguesia, tendo-se realizado a última na Ribeira de S. João. -----

Recordou ainda que vira um convite para uma reunião sobre a reforma administrativa com o brasão da Junta de Freguesia de Arroquelas e o logótipo

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

do PS, concluindo-se que este partido político encetara esta discussão antes do executivo. -----

Ainda no uso da palavra frisou não haver nada no documento verde que diga que tem de ser a Câmara a iniciar esta discussão, dizendo que se a questão fosse a fusão ou agregação de municípios era, sem dúvida, uma competência do executivo. -----

Terminou a sua intervenção esclarecendo que já solicitara ao Chefe de Gabinete o acompanhamento de todo o processo e para fazer as convocatórias para os líderes das bancadas da Assembleia Municipal. Informou, também, que foram disponibilizados dois técnicos da Câmara Municipal para integrar o grupo de trabalho, um ligado ao Urbanismo e outro ao Gabinete de Estudos e Projectos.-----

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, voltou a intervir, afirmando que a Sra. Presidente tem o dever de convidar todos os eleitos a estarem presentes em reuniões em que o assunto relativo à reforma administrativa seja abordado. Continuou a sua intervenção afirmando que “aqui não se obedece ao Governo, só a quem “nos” elege, como poder local devemos ter essas iniciativas”. Afirmou, ainda, que independentemente das orientações governamentais, o Poder Local podia fazer as reuniões que entendesse, considerando que para um assunto desta importância não devia haver discriminação, devia ser um assunto em que todos os eleitos participassem, em que cada um tinha a sua opinião e dava o seu contributo. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA -----

A Presidente interveio questionando se o Vereador, Dr. Silvino Sequeira estivera presente na última reunião de Câmara, que com certeza se recordava que dera conhecimento da realização desta reunião nos “Assuntos para Conhecimento”.-----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

O VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, voltou a intervir questionando se a Sra. Presidente os convidara para participar na referida reunião. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA-----

A Presidente respondeu que informara e ninguém se manifestara disponível para estar presente. -----

O VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida voltou a intervir questionando para quando se previa o alargamento da discussão sobre a reforma administrativa. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA -----

A Presidente, de novo no uso da palavra, salientou que relativamente à reforma administrativa não existia obrigatoriedade da iniciativa partir do Executivo Municipal e que todas as informações de que dispunha iam no sentido da colaboração com os Srs. Presidente de Junta de Freguesia. -----

ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO

OFICIO DAS ÁGUAS DO OESTE – SERVIÇOS A PRESTAR EM 2012 – PROJECTO TARIFÁRIO -----

Foi presente à Câmara uma carta da empresa Águas do Oeste, SA, datada de 27 de Outubro de 2011, relativo a Serviços a Prestar em 2012 – Projecto Tarifário. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA -----

A Presidente, interveio para dar conhecimento à Câmara dos resultados das diligências e das negociações com os Órgãos de Soberania relativamente às seguintes questões: -----

- Endividamento: -----
- Manutenção dos actuais limites previstos na Lei de Finanças Locais (não se verificando a redução dos limites de endividamento líquido e dos empréstimos de médio e longos prazos de 125% par 62,5%); -----
- Contração de novos empréstimos de médio e longo prazo limitados ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efectuadas pelos municípios em 2010/2011, proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município; -----
- Rateio prioritariamente utilizado pelos municípios em empréstimos de médio e longo prazo, para investimentos no âmbito do QREN ou da Reabilitação Urbana; -----
- Possibilidade de excepcionar aos limites de endividamento outros empréstimos e amortizações a autorizar por despacho do membro do governo responsável pela área das Finanças, em situações excepcionais devidamente fundamentadas, designadamente os empréstimos destinados ao financiamento de investimentos apoiados pelo QREN, ou de programas de Reabilitação Urbana, incluindo o empréstimo quadro BEI; -----
- Montantes disponíveis para rateio serão reduzidos em 100 milhões de euros para assegurar a diminuição do endividamento líquido, e ainda 50 milhões de euros para os empréstimos excepcionados dos municípios que tenham ultrapassado os actuais limites de endividamento o que não causará qualquer problema uma vez que continuam disponíveis 420 milhões de euros, que normalmente têm vindo a ser utilizados pelos municípios em cerca de 25%.----- ;
- Alteração para 90 % da taxa de comparticipação do FEDER e do Fundo de Coesão para investimentos no âmbito do QREN, sendo previsível que, para Municípios em situação de ultrapassagem dos limites de endividamento, possam ser apenas necessários cerca de 15 milhões de euros, no período transitório até à aprovação daquela alteração; -----
- Serviço Nacional de Saúde: -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

- Reabertura do processo negocial, no sentido de serem estudadas formas de relacionamento com o Serviço Nacional de Saúde que propiciem que as autarquias locais controlem efectivamente a despesa efectuada, nos mesmos termos da ADSE. -----

- Matérias diversas:-----

- Dever de testemunhar: prerrogativas aplicáveis aos titulares de cargos políticos;-----

- Apresentação de legislação que alarga aos presidentes das câmaras municipais o regime de inquirição de testemunhas e de depoimento aplicável actualmente a certos titulares de cargos públicos;-----

- Responsabilidade Financeira dos eleitos locais: -----

- Entendimento que quer os membros do Governo quer os eleitos locais tenham idêntico regime de responsabilidade, suprimindo-se o regime excepcional que vigora para os membros daquele órgão de soberania, se a Constituição da República Portuguesa não permitir tal alteração, adoptar-se-á para os eleitos locais o regime actualmente vigente para os membros do governo;-----

- Receitas do Imposto Municipal sobre imóveis:-----

- Memorando de entendimento (MDE) com o FMI/BCE/CE, prevê que as receitas provenientes da reavaliação dos prédios urbanos destinam-se à consolidação orçamental, garantia que tais receitas são destinadas aos municípios, para a sua própria consolidação orçamental.-----

VEREADOR, DR.CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, solicitou cópia da informação prestada pela Sra. Presidente. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

A Presidente informou que logo que possível daria cópia da documentação. ----

ALTERAÇÃO DA DATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011.-----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

A Presidente interveio, informando da antecipação da reunião ordinária da Câmara de 25 de Novembro para o dia 22 de Novembro de 2011, pelas 15 H. -

A Câmara tomou conhecimento. -----

ORDEM DO DIA

**DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 68º DA LEI
N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.**

DESPACHO N.º 39-A/PRES/2011 – MINUTA DO ACORDO DE TRANSAÇÃO – ÁGUAS DO OESTE. -----

Foi presente à Câmara o Despacho n.º 39-A/PRES/2011, exarado pela Presidente da Câmara em 31 de Outubro, relativo à minuta do Acordo de Transacção – Águas do Oeste. -----

A Câmara deliberou por maioria, com uma abstenção do Vereador Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, ratificar o despacho em epígrafe, pelo qual se determinou proceder à aprovação do Acordo de Transacção nos termos constantes em anexo com a actualização dos respectivos mapas. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“A minha abstenção neste despacho tem a ver com o facto do mesmo se reportar a uma situação aprovada na última reunião da Câmara, na qual não estive presente e não conheço os termos concretos em que foi aprovado”. -----

DESPACHO N.º 40/PRES/2011 – EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO DESTINADO A FINANCIAR AS OBRAS DE “RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS ATINGIDAS PELA INTEMPÉRIES DA MADRUGADA DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009”, ATÉ AO MONTANTE DE 237.677,54 EUROS – APROVAÇÃO DA ADENDA AO CONTRATO E RESPECTIVO CLAUSULADO -----

Foi presente à Câmara o Despacho n.º 40/PRES/2011, exarado pela Presidente da Câmara em 2 de Novembro de 2011, relativo à alteração dos valores

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

parciais dos investimentos previstos no contrato de empréstimo até ao montante de € 237.677,34, destinado ao financiamento da “recuperação de infra-estruturas atingidas pelas intempéries de 23 de Dezembro de 2009”.-----

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho designado em epígrafe, pelo qual de determinou proceder à alteração dos valores parciais afectos aos investimentos incluídos no contrato de financiamento em apreço, salvaguardando-se que o montante total do empréstimo e os investimentos nele previstos se manterão inalterados. -----

SUBSIDIOS E APOIOS

ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHAS DO SAL -----

Foi presente à Câmara a informação nº 63/SUASE/2011, datada de 3 de Novembro, relativa à atribuição de um subsídio à Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, de acordo com a informação em apreço, atribuir um subsídio à Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal, no valor de 150,00 €.--

UNIDADE DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FERNANDO CASIMIRO PEREIRA DA SILVA – CRIAÇÃO DE GABINETE DE APOIO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES -----

Foi presente à Câmara a informação nº 117/SUASS/2011, datada de 28 de Setembro, relativa ao Protocolo de Cooperação com o Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva para a criação do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, nos termos da presente informação, aprovar a celebração de Protocolo de Colaboração com o Agrupamento de

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva para a criação do Núcleo de Atendimento Psicopedagógico para apoio a crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais, que frequentem a Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo desse Agrupamento de Escolas, assim como crianças e adolescentes que apresentem problemas sócio-emocionais e que frequentem o 1º, 2º e 3º Ciclos do mesmo Agrupamento de Escolas. -----

UNIDADE DE CONTENCIOSO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA

ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE ESTÁGIOS DE RIO MAIOR – CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE NATAÇÃO – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO. -----

Foi presente à Câmara a informação nº UCCP 503-1/2011, datada de 7 de Novembro, relativa à Alteração e Ampliação do Centro de Estágios de Rio Maior – Centro de Alto Rendimento de Nataação” – Aprovação da minuta do contrato. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face à informação supracitada, aprovar a minuta do contrato relativa à empreitada em apreço. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto oral: “-----

“Votei favoravelmente este ponto da ordem do dia e congratulo-me por se dar continuidade a uma obra de extrema importância para o desenvolvimento do desporto nacional, nomeadamente como é o caso da nataação e para a afirmação cada vez mais sustentada de Rio Maior, um concelho virado para a prática desportiva ao mais alto nível.” -----

Os restantes Vereadores eleitos pelo Partido Socialista subscreveram a presente Declaração de Voto. -----

PEDIDO DE CLASSIFICAÇÃO DE IMÓVEL DE INTERESSE MUNICIPAL – ANTIGA FÁBRICA DE BRIQUETES E PLANO INCLINADO DE EXTRACÇÃO DA MINA DO ESPADANAL -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Foram presentes à Câmara as informações UCCP nº 722/2011, datadas, respectivamente, de 26 de Setembro e 7 de Novembro e da UCPCTJ nº 15/CS/2011, datada de 3 de Novembro, do corrente ano, relativas ao pedido de classificação de imóvel de interesse municipal – Antiga fábrica de briquetes e plano inclinado de extracção da Mina do Espadanal.-----

A Vereadora, Dra. Sara Fragoso, interveio, a pedido da Presidente, começando por ler a informação técnica emitida, salientando que a proposta ia no sentido de não dar provimento ao pedido apresentado, tendo por base essa mesma informação.-----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, afirmando que este assunto lhe interessava como membro do executivo e defensor dos interesses de Rio Maior, que percebia o incómodo que o mesmo provocava à Presidente, dado ter que abortar uma iniciativa que lançara, daí os documentos apresentarem duas componentes, referindo-se assim à iniciativa promovida, na altura, pela Junta de Freguesia de Rio Maior.-----

Aditou perceber perfeitamente a nota forçada deste assunto porque o edifício e as intenções do anterior executivo nunca estiveram em causa no que diz respeito à destruição daquele património. Mais disse, que “os documentos estão na Câmara, as reuniões foram efectuadas e fora sempre intenção do anterior executivo a preservação daquilo que era importante preservar como interesse cultural e como memória dessa época”.-----

Disse, também, que a segunda parte dos documentos apresentados, focam aspectos com os quais concordava, nomeadamente os procedimentos ali previstos e os inconvenientes de tal classificação, pois o edifício era propriedade do município e colocá-lo num processo de classificação ou em vias de classificação trazia todos os inconvenientes que estão ali perfeitamente plasmados, os quais subscrevia por inteiro.-----

Continuando no uso da palavra, opinou que o pedido de classificação trazia inconvenientes para o executivo e para a Câmara Municipal de Rio Maior que,

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

neste momento, ou intervinha ou corria o risco de serem outras entidades a intervir e ter de responder financeiramente por essa intervenção. Disse terem razão os técnicos municipais quando propunham esta situação, confirmando-se assim, os argumentos do anterior executivo para a não classificação. -----

Disse que coerentemente mantinha a mesma posição, no entanto, questionava quais eram as garantias de que aquele património não continuava a degradar-se, faltando, pois, a justificação técnica do que havia para preservar, também faltava saber do ponto de vista cultural quanto é que valia o edifício. Saliou, ainda, que o documento não continha uma linha sobre o valor cultural e patrimonial, assim como também não fora feita uma análise de quanto custava preservar para não continuar a degradar-se, pois só sabendo o custo envolvido se podia saber quando é que havia condições para essa intervenção. Assim, na sua opinião, sem essa informação, e não se classificando o edifício, o mesmo continuava a degradar-se.-----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, disse, ainda, para terminar, que atendendo a que o documento não estava completo nas suas diferentes componentes, o seu sentido de voto era a abstenção, referindo, ainda, que ficava na expectativa que esta Câmara apresentasse, em tempo oportuno, uma estratégia para evitar a degradação daquele edifício, e que se isso não acontecesse era uma perda para todos em termos de património municipal. ----

O Vice-Presidente, interveio, opinando tratar-se de um assunto que não era de fácil interpretação e relativamente à Mina do Espadanal cada um tinha a sua opinião. Disse que, ao longo dos anos, após a aquisição daquele complexo mineiro por parte da autarquia, que não houvera capacidade por parte dos vários executivos, alguns dos quais integrara, de proceder a obras de recuperação e de manutenção de grande dimensão naquele complexo. -----

O Vice-Presidente referiu, também, que ao classificar-se qualquer monumento, existia sempre o problema da área de protecção da zona envolvente que ia pôr em causa não só o próprio complexo, como também as propriedades privadas de terceiros, que logo vinham questionar a Câmara quem os iria indemnizar por

não poderem fazer nada no local.-----

Opinou ainda que o dono do complexo era a Câmara Municipal de Rio Maior, que fazia parte do seu domínio privado, devendo ser a própria autarquia a definir o que devia ou não ser feito no local, sem pressões.-----

De seguida referiu compreender a preocupação das várias associações relativamente à degradação do edifício e sobre o que ia ser feito no local. Recordou, ainda, uma hipótese que houvera, sobre um “mega projecto” elaborado pelo gabinete do Arquitecto Amorim, em colaboração com a Câmara e o Parque Escolar, que previa a recuperação de toda a zona envolvente ao complexo. Mais disse que com as dificuldades que o país atravessava, essa hipótese deixou de ser exequível, obra esta que tinha um custo de cerca dois/ três milhões de euros.-----

O Vice-Presidente, afirmou que a Câmara Municipal não tinha disponibilidade financeira para recuperar o edifício, referindo que, nem quando houve verbas disponíveis dos QCA, isso fora possível, mas que se ia rebocar a chaminé e fazer pequenos arranjos, para que não continuasse a degradação.-----

Terminou a sua intervenção, questionando porque é que não era o próprio governo a assumir o interesse nacional, preservando o edifício com fundos governamentais e efectuando a sua recuperação.-----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, interveio, recordando como fora difícil a aquisição daquele espaço para património municipal, dizendo que talvez a questão residisse no facto da Câmara ter adquirido o Edifício, pois se assim não fosse o problema não era da autarquia.-----

Aditou, ainda, até porque a informação técnica continha algumas inverdades, que queria esclarecer, em abono da verdade, que nunca fora intenção do anterior executivo a alienação do denominado património mineiro. Apenas houvera a hipótese de alienar o terreno onde estava hoje implantada o Centro Escolar n.º 2. Disse, igualmente, que a hipótese colocada relativamente à

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

“chaminé” era caso fosse alienada a uma grande unidade comercial, haver dentro do edifício um espaço que reflectisse o histórico sobre a actividade mineira. -----

A Presidente, interveio, referindo-se à intervenção do Vereador, Dr. Carlos Nazaré, concordando tratar-se de uma situação delicada não só para si, mas para todos, considerando curioso, que os políticos ou os detentores de cargos públicos, sejam criticados por alterarem e assumirem outra posição sobre determinado assunto. -----

Frisou que a sua posição era a defesa daquele património e enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior, na altura, apresentara uma proposta à Câmara Municipal, cuja resposta fora que o assunto estava a ser analisado, que algum tempo depois questionara o ponto da situação e que lhe fora dito que a “chaminé” era intocável, havendo a possibilidade de um grande grupo comercial estar interessado naquela área. -----

A Câmara deliberou por maioria, com os votos a favor dos Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos pelo Futuro” e a Presidente e com as abstenções dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, de acordo com as informações em apreço, não dar provimento ao pedido apresentada pela Eicel1920 – Associação para a Defesa do Património Mineiro, Industrial e Arquitectónico, para a abertura de procedimento administrativo tendo em vista a classificação do conjunto edificado composto pela antiga fábrica de briquetes e plano inclinado de extração da Mina do Espadanal, enquanto património de interesse municipal. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Abstive-me por várias razões, tanto mais que um dos documentos que corporiza o assunto que está agora em questão contem inverdades.” -----

A presente Declaração de Voto foi subscrita pelo Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida.-----

O Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Votei favoravelmente não obstante todos sabermos a importância cultural do edificado, mas considero que nesta altura, face ao período económico-financeiro que o País atravessa, não é de todo de levar adiante e aconselhado, concordar com o proposto pela associação em causa” -----

A presente Declaração de Voto foi subscrita pela Presidente da Câmara. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Votei favoravelmente, no sentido de ir contra a classificação do património como interesse municipal, não é nada contra a associação e seus associados, mas pela simples razão que entendo que acima dos interesses de alguns deve estar sempre o interesse do município e é nesta perspectiva que votei favoravelmente porque para além de pôr em causa a capacidade que a Autarquia legitimamente tem de poder fazer o que entender com o património em causa, também iria por em causa o património de terceiros e a Câmara não tem capacidade financeira para tal.” -----

UNIDADE DE CULTURA, PATRIMÓNIO CULTURAL, TURISMO E JUVENTUDE

TASQUINHAS 2012 – DATA DA REALIZAÇÃO -----

Foi presente à Câmara a informação nº 51/UCPCTJ/FEIRAS, datada de 04 de Novembro de 2011, relativa à data de realização das Tasquinhas 2012. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, começando por questionar se o evento decorria durante as férias escolares da Páscoa, considerando que devia haver uma razão que justificasse aquela data. -----

A Presidente interveio, informando que o evento não decorria durante as férias escolares da Páscoa para ter a presença dos professores e alunos da Escola

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Superior de Desporto. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, voltou a intervir, opinando que na data proposta ainda fazia muito frio o que dificultava os trabalhos das colectividades. Questionou se fora solicitada informação sobre o estado do tempo, considerando que o mês de Abril era o melhor para a realização do evento.-----

O Vereador, Dr. Nuno Malta, interveio, afirmando que a data do certame de 02 a 11 de Março fora considerada a melhor data. Mais disse que a questão do frio era incontornável e também não se conseguia uma projecção das condições atmosféricas a longo prazo. Referiu, também, que não se escolhera uma data anterior para não apanhar o período do Carnaval e fora esse o entendimento para marcar esta data. -----

A Presidente da Câmara, voltou a usar da palavra, referindo que no ano anterior a data também fora criticada porque decorreria em alguns dias do mês de Abril. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, de novo no uso da palavra questionou se o regulamento da feira não fazia referência à data de realização do evento, designadamente, que a mesma devia realizar-se por volta do 3º Domingo de Março. Frisou, também, que gostava de ter tido uma justificação mais fundamentada.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, de acordo com a informação em apreço, que as Tasquinhas 2012 – XXVII Edição da Feira de Gastronomia, Artesanato e Doçaria, decorram entre os dias 02 e 11 de Março. -----

VISITAS DE ESTUDO – ANO LECTIVO 2011/2012 – ESCOLHA DE PROCEDIMENTO E APROVAÇÃO DE PEÇAS DE PROCEDIMENTO -----

Foi presente à Câmara a informação nº 63/UCPCTJ/CULT/2011, datada de 21 de Setembro, relativa a Visitas de Estudo – Ano Lectivo 2011/2012 – Escolha de Procedimento e Aprovação de Peças de Procedimento. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar a despesa no valor de 17.829,00 € (acrescido de IVA à taxa legal em vigor), para a realização das Visitas de Estudo – Ano Lectivo 2011/2012, conforme discriminado na informação em apreço; autorizar a abertura do procedimento; aprovar o respectivo caderno de encargos. -----

PATRIMÓNIO MINEIRO DO CONCELHO DE RIO MAIOR NO ROTEIRO DE MINAS E PONTOS DE INTERESSE MINEIRO E GEOLÓGICO DE PORTUGAL -----

Foi presente à Câmara a informação nº 23/UCPCTJ/2011, relativa à inscrição do Património Mineiro do Concelho de Rio Maior no Roteiro de Minas e Pontos de Interesse Municipal e Geológico de Portugal. -----

A Vereadora, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso, teceu diversos esclarecimentos sobre este assunto, nomeadamente as exigências que implicavam a inscrição no Roteiro de Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal. Aditou que a proposta da Câmara ia no sentido de incluir neste roteiro as Salinas de Rio Maior, espaço este que dignificava o Concelho de Rio Maior. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, voltou a usar da palavra, referindo concordar com o proposto pela Vereadora Sara Fragoso, considerando a informação dos serviços devidamente fundamentada, sugerindo, no entanto, que fossem apresentadas propostas separadamente.-----

A Vereadora, Dra. Sara Fragoso, de novo no uso da palavra, informou que concordava com a sugestão apresentada.-----

A Câmara deliberou por unanimidade não aprovar a inscrição do património mineiro do Concelho de Rio Maior no Roteiro de Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal. -----

UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E

PATRIMÓNIO

EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO DESTINADO A FINANCIAR AS OBRAS DE “RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS ATINGIDAS PELAS INTEMPÉRIES DA MADRUGADA DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009”, ATÉ AO MONTANTE DE 237.677,54 EUROS – APROVAÇÃO DA ADENDA AO CONTRATO E RESPECTIVO CLAUSULADO. -----

Foi presente à Câmara a informação nº 28/UFCAP/AL/2011, datada de 8 de Novembro, relativa a Empréstimo de Longo Prazo destinado a financiar as obras de “ Recuperação de Infra-Estruturas Atingidas pelas Intempéries da Madrugada de 23 de Dezembro de 2009”, até ao montante de 237.677.54 Euros – Aprovação da Adenda ao Contrato e Respectivo Clausulado. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, nos termos da informação e parecer dos serviços aprovar a adenda ao contrato de financiamento, designado em epígrafe. -----

UNIDADE DE OBRAS PARTICULARES E ORDENAMENTO

PEDIDO DE CERTIDÃO DE VIABILIDADE CONSTRUTIVA PARA EFEITOS DE IMI, EM CASAL DA CORREDOURA, FREGUESIA DE RIBEIRA DE S. JOÃO, EM NOME DE VITORINO DO ROSÁRIO SILVA -----

Foi presente à Câmara um pedido de certidão de viabilidade construtiva para efeitos de IMI, em Casal da Corredoura, freguesia de Ribeira de S. João, em nome de Vitorino do Rosário Silva, acompanhado de pareceres emitidos pela Unidade de Obras Particulares e Ordenamento. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, certificar que, para o prédio em causa, existe viabilidade construtiva, de acordo e nos termos das informações em referência.-----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES, EM BARACAL, FREGUESIA DE ALCOBERTAS, EM NOME DE NUNO SILVÉRIO MARQUES (ADVOGADO) -----

Foi presente à Câmara um pedido de certidão de aumento de compartes, em

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Baracal, Freguesia de Alcobertas, em nome de Nuno Silvério Marques (Advogado), acompanhada de informação do Sector de Topografia e parecer emitido pela Unidade de Obras Particulares e Ordenamento.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supracitadas, certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido, desde que daí, e no que diz respeito a loteamento e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

PROCESSO Nº 104/2009 – CONSTRUÇÃO DE CONDOMÍNIO HABITACIONAL – MÁRIO ANSELMO & FILHOS, CONSTRUÇÕES, LDA – ALTERAÇÕES AO PROJECTO DE ARQUITECTURA DENTRO DA VIGÊNCIA DA LICENÇA -----

Foi presente à Câmara o processo nº 104/2009, relativo à Construção de Condomínio Habitacional, em nome de Mário Anselmo & Filhos, Construções, Lda. – Alterações ao projecto de arquitectura dentro da vigência da licença, acompanhado de informação e parecer técnico emitido pela Unidade de Obras Particulares e Ordenamento. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar as alterações ao projecto de arquitectura da vigência da licença condicionado à informação e parecer supra citados. -----

Mais deliberou que deverá o requerente ser notificado para, no prazo de 30 dias, apresentar os respectivos projectos de especialidades nos termos do Decreto-Lei nº 555//99, de 16 de Dezembro, com a actual redacção dada pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de Março. -----

APROVAÇÃO DE ATAS

Foi presente à Câmara a Ata nº 17, datada de 09 de Setembro de 2011. -----

A Câmara deliberou por maioria, aprovar a ata nº 17, de 09 de Setembro de 2011, com as abstenções da Presidente da Câmara por não se encontrar presente na reunião a que a mesma dizia respeito e da Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva por ainda não ter retomado

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

funções.-----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Votei favoravelmente esta ata e mais uma vez me congratulo com a qualidade da acta que nos foi apresentada.”-----

Foi presente à Câmara a Ata nº 18, datada de 16 de Setembro de 2011.-----

A Câmara deliberou por maioria, aprovar a ata nº 18, de 16 de Setembro de 2011, com a abstenção do Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, por não se encontrar presente na reunião a que a mesma dizia respeito.-----

ENCERRAMENTO

Quando eram doze horas e dez minutos a Presidente, Dr. Isaura Morais a presidir, deu por encerrados os trabalhos desta reunião, da qual se lavrou minuta para os efeitos imediatos e a presente acta, a qual vai ser assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA:_____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS:_____